

## ESCOLA DEMOCRÁTICA: UMA REALIDADE BRASILEIRA?

BELUCI, Thaise

Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde – FASU/ACEG -  
Garça/SP - Brasil  
E-mail para contato: thatysbel@yahoo.com.br

SHIMIZU, Alessandra de Moraes

Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde - FASU/ACEG -  
Garça/SP - Brasil  
E-mail para contato: ashimizu@flash.tv.br

### RESUMO

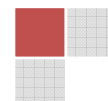
O presente trabalho enfoca a teoria do julgamento moral de Kohlberg que, além de dar prosseguimento aos estudos de Piaget sobre a evolução da moral na criança, realizando pesquisas interculturais, procurou inserir no cotidiano escolar uma proposta de Educação Moral, que possibilitasse graus de consciência moral cada vez mais elevados, nos jovens. Para tanto, desenvolveu e aplicou o método da “Comunidade Justa”, que promove a Educação Moral sem usar doutrinação nem relativismo, já que visa ao desenvolvimento natural da moralidade, sem imposições de valores. Ainda, o texto conta com observações feitas pelas autoras, a partir da experiência em pesquisas na área, e da leitura de outros pesquisadores e teóricos.

**Palavras-Chave:** desenvolvimento moral; Comunidade Justa; Lawrence Kohlberg.

### ABSTRACT

The present work focus the teory of moral judgement from Kohlberg wich, gave procedment for the studies from Piaget about the moral evolution in childrens, realizing intercultural researches, tries to insert on daily learning one proposal of moral education, wich possibilitate moral grades conscience every day more elevade, on youngs. By the way aplicate and developed the method of “Fair Community”, with promote the moral education whitout using doutrination or relativism, because tries the natural development of the morality, whit any one valures imposition. Also, the text contains observations mades by the authors, starting from their experience one researches in this area, and in readings from others researchers and theories.

**Keywords:** moral development; Fair Comunity; Lawrence Kohlberg.



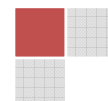
## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo trataremos da Teoria do Julgamento Moral do psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg (1992), que, além de dar prosseguimento aos estudos piagetianos sobre a evolução da moral na criança, realizando pesquisas interculturais, procurou inserir no cotidiano escolar uma Educação Moral, que possibilitasse graus de consciência moral cada vez mais elevados nos jovens. Enfocaremos, ainda, a aplicabilidade da teoria de Kohlberg (1992), em específico, do programa de Educação Moral de “Comunidade Justa” à realidade educacional brasileira.

## 2. A TEORIA DE KOHLBERG E A “COMUNIDADE JUSTA”

A Teoria do Julgamento Moral de Kohlberg (1992), postula uma seqüência de estágios que aparece em todas as culturas, podendo apresentar pequenas alterações que não comprometem sua universalidade e que podem ser agrupados em três grandes níveis da moralidade: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional. No primeiro nível moral, apontado por ele, o pré-convencional, a criança percebe a existência das regras sociais, do bem e do mal. No entanto, para ela, o valor moral está ainda localizado nos acontecimentos externos e baseado no poder físico de quem estipula a regra moral. Nesse nível, encontra-se a maioria das crianças de, aproximadamente, nove anos, alguns adolescentes e muitos delinqüentes.

O nível convencional é representado por uma quantidade significativa de adolescentes e de adultos da sociedade contemporânea. O termo "convencional", que pode explicar esse nível, significa conformidade e manutenção das normas mediante a identificação com a ordem social ajustada, a fim de ser preservada a lealdade para com a família, o grupo ou a nação. Podendo ser alcançado, apenas, por uma minoria de adultos, está o nível pós-convencional, caracterizado pelo entendimento e aceitação das normas da sociedade, com base em princípios morais gerais que transcendem

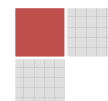


essas regras. Nesse patamar do desenvolvimento moral, o indivíduo tem o seu "eu" diferenciado das normas e expectativas, definindo seus valores de forma autônoma e justa.

Em cada um desses três níveis morais estão inseridos dois estágios. No nível pré-convencional estão os estágios 1) *Orientação para punição e a obediência* e 2) *Hedonismo instrumental relativista*. No nível convencional estão o 3) *Moralidade do bom garoto, da aprovação social e das relações interpessoais* e o 4) *Orientação para lei e a ordem, autoridade mantendo a moralidade*. Há ainda os estágios 5) *A orientação para o contrato social democrático* e 6) *Princípios universais de consciência*, pertencentes ao nível pós-convencional (BIAGGIO, 1997). O segundo estágio de um mesmo nível moral é sempre uma forma mais avançada, organizada e complementar em relação ao desenvolvimento da perspectiva iniciada no primeiro estágio desse mesmo nível. E para atingir estágios mais elevados o indivíduo passa por um conflito cognitivo (BLATT & KOHLBERG, 1975, TURIEL, 1966, apud BIAGGIO, 1997).

Os níveis de desenvolvimento e seus respectivos estágios tornam ainda mais interessante e válida a teoria de Kohlberg, pois ele atentou para um fato muito relevante: a universalidade de sua ocorrência. Sem isso, a teoria enfrentaria muitos limites de aplicabilidade.

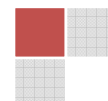
Fazendo um paralelo a respeito desse tema nas obras de Piaget (1994/1932) e Kohlberg (1992), é possível afirmar que ambos postulam que os seres constroem sua realidade social interagindo com o ambiente e assimilando as experiências sociais. Entretanto, Kohlberg (1992), concentrando suas investigações em adolescentes e adultos, afirma que a psicogênese da moralidade infantil, diferentemente do que considerava Piaget (1994/1932), não está concluída por volta dos doze anos, mas atinge sua maturidade apenas na idade adulta. Essa idéia é muito bem embasada pelos subsídios de sua teoria, como os níveis e estágios do desenvolvimento moral, já explanados.



Kohlberg (1992), ainda, defende a idéia de que o contato do indivíduo com um estágio imediatamente superior ao próprio impulsiona a evolução moral, visto que os sujeitos tendem a assimilar o raciocínio moral a partir desse estágio posterior. Esse movimento dá-se por meio de uma reflexiva organização que surge das contradições percebidas na estrutura de seu estágio atual; assim, as experiências de conflito cognitivo podem ser eliciadas pela exposição de situações que suscitem contradições internas nas estruturas do pensamento moral. Essa idéia de Kohlberg mostra, de certa forma, a importância do contato, da vivência dos indivíduos com uma moralidade mais desenvolvida do que a deles. Portanto, se a escola almeja educar moralmente e de fato, não basta colocar o assunto como tema transversal e discutí-lo. É preciso mais, é preciso vivenciá-lo. E, a partir desse princípio básico, Kohlberg elaborou dois tipos de programas educacionais: a discussão de dilemas morais em grupos e a construção de comunidades justas (BIAGGIO, 1997).

Abordaremos neste artigo o método da “Comunidade Justa”, por acreditarmos que ele possibilita a vivência da justiça e o desenvolvimento moral no ambiente escolar. Este método promove a educação moral sem usar doutrinação nem relativismo, já que visa ao desenvolvimento natural da moralidade, sem imposições de valores. Postula os estágios de forma hierárquica; à medida que avança o senso de justiça, o indivíduo passa para o estágio superior correspondente.

Segundo Biaggio (1997), foi em uma penitenciária feminina que Kohlberg aplicou a democracia com coletivismo, o que forneceu embasamento, tanto teórico quanto prático, para a criação da “Comunidade Justa”; este método que foi colocado em prática em 1974 e teve a duração de cinco anos, em uma escola pública denominada Cluster, localizada dentro da Cambridge High School. Essa escola funcionava, de forma geral, da seguinte maneira: uma vez por semana alunos e professores realizavam a reunião da comunidade, na qual discutiam as regras, bem como a manutenção das



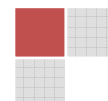
mesmas, e cada um tinha direito a um voto, sendo que predominava a decisão votada pela maioria; na véspera da reunião, acontecia o encontro dos grupos conselheiros, pequenos grupos que introduziam as questões que necessitavam de discussão na reunião da comunidade; quando um ato necessitava de punição, a mesma era estudada por uma comissão de alunos e professores, considerando que ambos tinham os mesmos direitos e privilégios; a sanção aplicada tinha o intuito de reafirmar a autoridade e reparar os danos causados à comunidade.

A “Comunidade Justa” visa a uma aprendizagem de participação democrática, o aumento do senso de responsabilidade, a motivação para o trabalho escolar, a cidadania e a auto-estima. Há, ainda, evidências de que esse método pode levar a estágios elevados da moral e influenciar no tratamento entre os membros.

### 3. CONCLUSÕES

Esse método é muito interessante e acreditamos que seria a solução para muitos problemas de inúmeras escolas, principalmente para aquelas que focam a violência e a indisciplina como problemas únicos, esquecendo-se dos fatores que geram as mesmas. Silva (2004 apud SOUZA, 2004) aponta como sendo uma das razões da violência a crise de valores, da moral e da ética, que pode levar à banalização da vida, aumento de respostas violentas e apreciação dos valores privados (fidelidade, coragem), e dos que significam beleza, glória, força física, status financeiro e social, em detrimento ao respeito. Assim, mais do que aplicar sanções é preciso, para sanar os problemas de violência e indisciplina, educar moralmente e em valores.

Entretanto, aplicar esse método e tornar realidade a “Comunidade Justa”, em uma instituição como tal, é muito complexo. Não depende apenas de uma pessoa e de um consentimento livre-esclarecido. Envolve interesse e compromisso de todos os setores da escola: direção, coordenação, professores, funcionários, alunos e pais de alunos.



Trabalhando em pesquisa com esse tema e entrando em contato com literaturas diversas sobre o assunto, é muito fácil perceber que, não obstante a experiência de Kohlberg e o conhecimento das idéias sobre escolas democráticas, esse tipo peculiar de organização não condiz com o contexto escolar brasileiro atual; visto que, muitas vezes, conforme demonstram as pesquisas na área (MENIN, 2000, 2002a, 2003; CARBONE; MENIN 2003; SHIMIZU, 2003), a escola aparece aos olhos dos alunos como espaço de injustiças diversas e freqüentes, sendo sua realidade muito diferente de uma comunidade justa. Considerando-se a realidade brasileira, constata-se, também, que a atenção é voltada, predominantemente, apenas para a formação intelectual, deixando-se de lado a educação em valores morais. Isto é preocupante, uma vez que diferentes autores (ARAÚJO, 1993; BUXARRAIS, 1997; PUIG, 1998; MENIN, 1985, 2002b; SHIMIZU, 1998; LEPRE, 2001) defendem que em situações de ensino-aprendizagem, todos os professores, ainda que de forma implícita e não sistematizada, estão educando em valores.

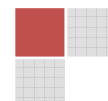
#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, U. F. A. **Um estudo sobre as relações entre o ambiente cooperativo e o julgamento moral na criança.** 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

BIAGGIO, A. M. B. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 47-69, 1997.

BUXARRAIS, M. R. Un modelo de curso para la formación permanente en Educación en valores. In: BUXARRAIS, M. R. **La formación del profesorado en educación en valores.** Propuesta y materiales. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1997. p.71-108.

CARBONE, R.; MENIN, M.S.S. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do Ensino Fundamental e médio. **Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica**, FAPESP. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2003.



KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1992.

LEPRE, R. M. **A indisciplina na escola e os estágios de desenvolvimento moral na teoria de Jean Piaget**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2001.

MENIN, M.S.S. **Autonomia e heteronomia às regras escolares: observações e entrevistas na escola**. 1985. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1985.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes**. 2000. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP, 2000.

\_\_\_\_\_. Representações sociais de injustiça em adolescentes de escolas públicas e particulares. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 14/15, p.239-264, 1. e 2. sem. 2002a.

\_\_\_\_\_. Valores na escola. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.91-100, jan./jun. 2002b.

\_\_\_\_\_. Escola: comunidade justa? Trabalho completo publicado nos anais do **XX Encontro Nacional de Professores do PROEPRE** – Programa de Educação Infantil e Ensino Fundamental – novembro, 2003. p. 111-118.

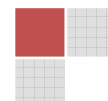
PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. (originalmente publicado em 1932).

PUIG, J. M. **Ética e valores: métodos para um ensino transversal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SHIMIZU, A. M. **As representações sociais de moral de professores das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. Marília, SP, 1998.

\_\_\_\_\_. et al. Injustiças na escola: concepções de alunos do Ensino Fundamental e Médio. **Relatório da pesquisa realizada junto ao Programa de Absorção Temporária de Doutores – Prodoc, CAPES**. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2003.

SOUZA, D. B. de. **Representações sociais sobre indisciplina em sala de**



**aula:** os professores iniciantes da rede municipal de Presidente Prudente – SP e sua formação. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente, SP, 2004.

